

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 5 / 2017

7 de março de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 7 de março de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

	Página
CÂMARA MUNICIPAL	
4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 22 de fevereiro de 2017	
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	7
4.ª Alteração Orçamental Extraordinária de 2017, 4.ª Modificação Orçamental	7
Prémio Municipal Beatriz Ângelo 2017	8
Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação do contrato de prestação de serviços	8
Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de prestação de serviços	8
Celebração do Contrato de Comodato entre o Município de Odivelas e a Associação Guias de Portugal (AGP) -1.ª Companhia de Odivelas	8
Celebração do Contrato de Comodato entre o Município de Odivelas e a Associação Sócio Cultural do Vale Grande	10
Atribuição de subsídio às Associações de Bombeiros do Concelho de Odivelas	11
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 65, da Rua Vieira da Silva, no Bairro da Milharada, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	12
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 52, da Rua José Carlos Ary dos Santos, no Bairro Monte Verde, União das Freguesias de Ramada e Caneças	12
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 22, da Rua 18 de Maio, no Bairro Sol Nascente, União das Freguesias de Pontinha e Famões	12
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 135, da Rua D. Filipa de Lencastre, lote 135, no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	12
Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2004, do Bairro Tomada da Amoreira, lote 8, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	12
Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2004, do Bairro Tomada da Amoreira para os lotes 9, 9A, 10, 10A e 40, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	12
Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2004, do Bairro Tomada da Amoreira para o lote 21 na União das Freguesias de Ramada e Caneças	13
Declaração de caducidade da licença do loteamento designado por Terras do Bacalhau e respetivas obras de urbanização	13
UNIDADES ORGÂNICAS	
EDITAIS	14
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	15



	Página
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
1.ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada em 23 de fevereiro de 2017	
Moções	25
Recomendação	30
Voto de Condenação	31
Ata da Assembleia Municipal de Odivelas	31
Passagem dos pontos 2, restantes Atas, ponto 3 e 4 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal	32
4.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 2 de março de 2017	
Recomendações	32
Voto de Saudação	33
Moções	33
Proposta de Redelimitação da Área de Intervenção da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul” de Odivelas	33
Proposta de Abertura de Concurso Público Internacional, Respetivas Peças do Procedimento e Constituição do Júri para Manutenção de Diversos Espaços Verdes do Concelho de Odivelas	34
Passagem do ponto 2 - Aprovação das Atas da Assembleia Municipal, para a próxima Sessão da Assembleia Municipal	34
NOTA RETIFICATIVA	
Retificação do Índice do “Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e Suas Normas de Liquidação e Cobrança” do Município de Odivelas (publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4/2017, de 21 de fevereiro)	35



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 22 de fevereiro de 2017

DELIBERAÇÕES

ATAS

ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 24 de abril de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 24 de abril de 2013)

ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 8.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 22 de abril de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 22 de abril de 2015)

ATA DA 3.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 3.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 28 de abril de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 28 de abril de 2015)

ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 10.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 20 de maio de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 20 de maio de 2015)

ATA DA 11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 11.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 3 de junho de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 3 de junho de 2015)

ATA DA 13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 13.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 29 de junho de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 29 de junho de 2016)

ATIVIDADE FINANCEIRA

4.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 4.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL EXTRAORDINÁRIA 2017

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado na informação n.º Interno/2017/3487, de 2017.02.16, a autorizar a 4.ª Alteração Orçamental Extraordinária de 2017, 4.ª Modificação Orçamental, de acordo com o proposto na referida informação, nos termos dos Mapas anexos à mesma e que farão parte integrante da ata da presente reunião.

“4.ª Alteração Orçamental (extraordinária)

A 4.ª Alteração Orçamental (extraordinária) de 2017 reveste-se de carácter extraordinário e reproduz a necessidade de reforçar o projeto relativo a “Beneficiação/Aquisição de Viaturas”, no valor de 90.000,00 Euros (noventa mil euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 90.000,00 Euros (noventa mil euros), verificando-se uma manutenção das despesas correntes, bem como das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

**Modificação Despesa**

Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	0,00	0,00
Total de Despesas Capital	90.000,00	90.000,00
Total Geral	90.000,00	90.000,00

(un:euros)

(Aprovado por unanimidade)**PRÉMIO MUNICIPAL BEATRIZ ÂNGELO 2017****PRÉMIO MUNICIPAL BEATRIZ ÂNGELO
MARIA MÁXIMA VAZ**

Atribuição do “Prémio Municipal Beatriz Ângelo”, que pretende “...distinguir Mulheres e/ou Instituições que se destacam pelo seu exemplo e contributo de relevância para a comunidade local e para a sociedade em geral.”, no ano de 2017, à personalidade Maria Máxima Vaz, de acordo com a Proposta n.º 02/PRES/2017, datada de 16 de fevereiro de 2017.

(Aprovado por unanimidade, através escrutínio secreto)**PRÉMIO MUNICIPAL BEATRIZ ÂNGELO
ANÁLIA MARIA TORRES**

Atribuição do “Prémio Municipal Beatriz Ângelo”, que pretende “...distinguir Mulheres e/ou Instituições que se destacam pelo seu exemplo e contributo de relevância para a comunidade local e para a sociedade em geral.”, no ano de 2017, à personalidade Anália Maria Torres, de acordo com a Proposta n.º 02/PRES/2017, datada de 16 de fevereiro de 2017.

(Aprovado por unanimidade, através escrutínio secreto)**PRÉMIO MUNICIPAL BEATRIZ ÂNGELO
ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA**

Atribuição do “Prémio Municipal Beatriz Ângelo”, que pretende “...distinguir Mulheres e/ou Instituições que se destacam pelo seu exemplo e contributo de relevância para a comunidade local e para a sociedade em geral.”, no ano de 2017, à instituição “Associação para o Planeamento da Família”, de acordo com a Proposta n.º 02/PRES/2017, datada de 16 de fevereiro de 2017.

(Aprovado por maioria, através escrutínio secreto, com seis votos a favor, duas abstenção e um voto não exercido)**PARECERES PRÉVIOS****RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação do contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com João Manuel Monteiro Freches de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1415, de 2017.02.03.

(Aprovado por maioria)**CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, com a empresa CEGOC (especializada na aplicação do método de seleção - avaliação psicológica), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1714, de 2017.02.13.

(Aprovado por unanimidade)**CONTRATOS DE COMODATO****ASSOCIAÇÃO GUIAS DE PORTUGAL
- 1.ª COMPANHIA DE ODIVELAS**

Celebração do Contrato de Comodato entre o Município de Odivelas e a Associação Guias de Portugal (AGP) -1.ª Companhia de Odivelas, pelo qual é comodatada a fração autónoma designada pela letra “A” correspondente à cave direita do prédio urbano, sito no n.º 8 da Praceta 25 de Agosto, em Famões, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/12116, de 2016.12.09, nos termos da minuta de comodato anexa à referida informação.

“Contrato de Comodato**N.º __/GGPAG/2017**

ENTRE,

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, Pessoa Coletiva n.º 504 293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, adiante designado por **Comodante**,



E

ASSOCIAÇÃO GUIAS DE PORTUGAL, Pessoa Coletiva com o n.º 500 977 305, com sede na Av. Miguel Bombarda, 128, R/c Esq.º, 1050-157 Lisboa, neste ato representada pela Chefe da 1ª Companhia de Odivelas, eleita em Conselho de Chefia, realizado em 07/08/2016, Carolina Correia Antunes dos Santos, natural da Freguesia de São Sebastião da Pedreira, Concelho de Lisboa, residente na Rua Eugénio de Castro, n.º 6, R/c esquerdo, 2675-231 Odivelas, portadora do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 14927283 9 ZY3, válido até 15 de setembro de 2020, Contribuinte Fiscal n.º 250 874 571, adiante designada por **Comodatária**,

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Comodato, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 1129.º e seguintes do Código Civil, aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas na sua ___ Reunião Ordinária, de ___ de _____ de 2016, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

O **Comodante** é proprietário e legítimo possuidor da fração autónoma designada pela letra “A” correspondente à cave direita do prédio urbano sito no n.º 8 da Praceta 25 de agosto, em Famões, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha 2353 da Freguesia de Famões, e inscrita na matriz predial respetiva sob o artigo 224, da União das Freguesias de Pontinha e Famões, com o valor patrimonial atual de € 26.180,00 (vinte e seis mil cento e oitenta euros).

Cláusula 2.ª

Pelo presente contrato é comodatada a fração identificada na Cláusula anterior, destinando-se esta, única e exclusivamente, à prossecução dos fins definidos pelos Estatutos da **Comodatária**.

Cláusula 3.ª

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua assinatura, renovável por iguais períodos, salvo se qualquer das partes o denunciar com aviso prévio de 90 (noventa) dias relativamente à data do seu termo, através de comunicação escrita com aviso de receção.

Cláusula 4.ª

Para além das obrigações constantes do artigo 1135.º do Código Civil, a **Comodatária** fica especialmente obrigada a manter a fração, objeto da cedência, em bom estado de conservação, não a podendo aplicar a fim diverso daquele a que a mesma se destina, nem ceder a terceiros o seu uso sem autorização expressa do **Comodante**.

Cláusula 5.ª

1 - A **Comodatária** poderá proceder às obras que considere úteis e necessárias à prossecução dos fins a que se destina a fração comodatada, desde que previamente autorizadas, por escrito, pelo **Comodante**.

2 - As obras referidas no número anterior ficarão a cargo da **Comodatária**.

3 - Todas as despesas que resultem da realização das obras de que a fração careça, por força da sua utilização, manutenção e conservação, constituirão responsabilidade da **Comodatária**.

Cláusula 6.ª

A **Comodatária** responderá por todas as deteriorações que se venham a verificar durante a vigência do presente contrato de comodato, com exceção das decorrentes de um normal e prudente uso.

Cláusula 7.ª

1 - As despesas de funcionamento, designadamente, as referentes aos consumos de água, eletricidade, limpeza, e consumos respeitantes a comunicações, são da responsabilidade da **Comodatária**.

2 - São, ainda, responsabilidade da **Comodatária** os seguros necessários ao exercício dos fins da cedência, designadamente, o seguro obrigatório contra o risco de incêndio, previsto no artigo 1429.º do Código Civil, o de destruição, por causas naturais ou de ação humana, das instalações cedidas, bem como o seguro de recheio, relativamente a bens e equipamentos existentes na referida fração.

Cláusula 8.ª

1 - Findo o contrato, a fração comodatada será restituída em bom estado de conservação ao **Comodante** e sem direito a qualquer indemnização do **Comodatário** pelas obras, por este, realizadas.

2 - O **Comodatário** poderá levantar as benfeitorias, por si, realizadas apenas no caso de não provocar detrimento da fração comodatada, não tendo direito a haver o valor delas no caso contrário.

Cláusula 9.ª

1 - O presente contrato cessa os seus efeitos nos termos gerais de Direito, não obstante o **Comodante** poder resolver o contrato com fundamento em justa causa.

2 - Considera-se justa causa, designadamente, a utilização da fração comodatada para fins estranhos aos consagrados nos Estatutos da **Comodatária**.



3 - É considerada condição resolutiva a cessação do uso da fração por parte da **Comodatária**.

4 - Para os efeitos estabelecidos no número anterior, considera-se cessação do uso da fração comodatada, a não utilização da mesma nos termos estabelecidos no presente contrato por prazo superior a 90 (noventa) dias.

Cláusula 10.ª

Em tudo o que o presente contrato for omissivo aplicam-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor, nomeadamente, o estabelecido nos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.

Cláusula 11.ª

Para resolução dos litígios emergentes do presente contrato, será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, com expressa renúncia a qualquer outro.

Odivelas, __ de _____ de 2017.

O presente contrato foi feito em duplicado, ficando um original devidamente assinado para cada um dos outorgantes.

Por estarem de acordo, leem e assinam.
Isento de Imposto de Selo.

P'lo Comodante,

P'la Comodatária,

(Hugo Martins)

(Carolina Correia Antunes dos Santos)''

(Aprovado por unanimidade)

ASSOCIAÇÃO SÓCIO CULTURAL DO VALE GRANDE

Celebração do Contrato de Comodato entre o Município de Odivelas e a Associação Sócio Cultural do Vale Grande, pelo qual é comodatado o prédio urbano composto por um edifício de um só piso, sito na Rua Cidade Figueira da Foz, Lote 35, Pontinha, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1354 de 2017.02.02, nos termos da minuta de comodato anexa à referida informação.

“Contrato de Comodato N.º __/GGPAG/2017

ENTRE,

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, Pessoa Coletiva com o n.º 504 293 125, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Manuel dos Santos Martins, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 10774489

9ZY5, válido até 08 de abril de 2019, natural da Freguesia de Póvoa de Santo Adrião, Concelho de Odivelas, com domicílio profissional na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Odivelas, adiante designado por **Comodante**,

E

ASSOCIAÇÃO SÓCIO CULTURAL DO VALE GRANDE, Pessoa Coletiva com o n.º 501 875 921, com sede na Rua S. Domingos, Lote 205, Vale Grande, 1675-265, União das Freguesias de Pontinha e Famões, representada neste ato pelo Presidente da Direção, João Manuel Simões Bernardo Tomás, Contribuinte Fiscal n.º 164 383 590, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 09855308 9ZY4, válido até 15 de novembro de 2020, pelo Tesoureiro, Júlio Roque de Frias Fino, Contribuinte Fiscal n.º 152 265 139, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 04553282 6ZY6, válido até 08 de outubro de 2018, e pelo Vogal, Fernando Jorge da Silva Néri, Contribuinte Fiscal n.º 190 675 497, portador do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 09610773 1ZY6, válido até 20 de novembro de 2021, adiante designado por **Comodatária**,

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Comodato, aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas na sua __ Reunião Ordinária, de __ de _____ de 2017, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

O **Comodante** é proprietário e legítimo possuidor do prédio urbano composto por um edifício de um só piso, sito na Rua Cidade Figueira da Foz, Lote 35, 1675-278 Pontinha, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha 3364 da Freguesia da Pontinha, e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 9411 da União das Freguesias de Pontinha e Famões, com o valor patrimonial de € 52.060,00 (cinquenta e dois mil e sessenta euros).

Cláusula 2.ª

Pelo presente contrato é comodatado o imóvel identificado na Cláusula 1ª, destinando-se este, única e exclusivamente, à prossecução das atribuições da **Comodatária**.

Cláusula 3.ª

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 5 (cinco) anos, renovável por iguais períodos, salvo se qualquer das partes o denunciar com aviso prévio de 90 (noventa) dias relativamente à data do seu termo.



Cláusula 4.^a

A **Comodatária** não poderá ceder a terceiros o uso do imóvel objeto do presente contrato sem autorização expressa do **Comodante**.

Cláusula 5.^a

1 - A **Comodatária** poderá proceder às obras que considere úteis e necessárias à prossecução dos fins a que se destina o imóvel comodatado, desde que previamente autorizadas, por escrito, pelo **Comodante**.

2 - As obras referidas no número anterior ficarão a cargo e a expensas próprias da **Comodatária**.

3 - Todas as despesas que resultem da realização das obras de que o imóvel carece, com elas conexas ou com a sua execução, constituirão responsabilidade da **Comodatária**.

4 - Quaisquer outras obras para além das descritas nos números anteriores dependem de prévia autorização, por escrito, do **Comodante**, com exceção de obras de mera reparação e conservação.

5 - Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a **Comodatária** obriga-se a proceder às obras de reparação e conservação do imóvel comodatado.

Cláusula 6.^a

As despesas de funcionamento, designadamente, as referentes aos consumos de água, eletricidade, limpeza, eventuais seguros de recheio, e consumos respeitantes a comunicações, são da responsabilidade da **Comodatária**.

Cláusula 7.^a

1 - Findo o contrato, o imóvel **comodatado** será restituído em bom estado de conservação ao **Comodante** e sem direito a qualquer indemnização da **Comodatária** pelas obras, por esta, realizadas.

2 - A **Comodatária** poderá levantar as benfeitorias apenas no caso de não provocar detrimento do imóvel, não tendo direito a haver o valor delas no caso contrário.

Cláusula 8.^a

1 - O presente contrato cessa os seus efeitos nos termos gerais de direito, não obstante o **Comodante** poderá resolver o contrato com fundamento em justa causa.

2 - Considera-se justa causa, designadamente, a utilização do imóvel comodatado para fins estranhos aos consagrados nas atribuições da **Comodatária**.

3 - É considerada condição resolutiva a cessação do uso do imóvel por parte da **Comodatária**.

4 - Para os efeitos estabelecidos no número anterior, considera-se cessação do uso do imóvel comodatado, a não utilização das instalações do mesmo, nos termos estabelecidos no presente contrato, por prazo superior a 90 (noventa) dias.

Cláusula 9.^a

Em tudo o que o presente contrato for omissa aplicam-se, subsidiariamente, as disposições legais em vigor, nomeadamente, o estabelecido nos artigos 1129.º a 1141.º do Código Civil.

Para resolução dos litígios emergentes do presente contrato, será competente o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, com expressa renúncia a qualquer outro.

Odivelas, __ de _____ de 2017.

O presente contrato foi feito em duplicado, ficando um original devidamente assinado para cada um dos outorgantes.

Por estarem de acordo, leem e assinam.
Isento de Imposto de Selo.

P^o Comodante,

(Hugo Martins)

P^{1a} Comodatária,

(João Manuel Simões Bernardo Tomás)

(Júlio Roque de Frias Fino)

(Fernando Jorge da Silva Néri)''

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO DE ODIVELAS SERVIÇO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS HOSPITALARES

Atribuição de um subsídio às Associações de Bombeiros do Concelho de Odivelas, referente ao serviço de recolha e tratamento de resíduos hospitalares, produzidos pelas referidas Associações. A prestação do referido serviço terá um valor máximo anual de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), pelo prazo de três anos. De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1708, de 2017.02.10.

(Aprovado por maioria)



PROCESSOS PARTICULARES

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO DA MILHARADA, LOTE 65 ALVARÁ N.º 3/2006

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 65, da Rua Vieira da Silva, no Bairro da Milharada, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 11148, do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de €366,22 (trezentos e sessenta e seis euros e vinte e dois cêntimos), em nome de Ana Filipa Sequeira, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, referentes ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 3/2006, de 19 de setembro para o lote 65, de acordo com o proposto na informação n.º 11.2017, de 2017.02.03.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS BAIRRO MONTE VERDE LOTE 52 ALVARÁ N.º 2/2002

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 52, da Rua José Carlos Ary dos Santos, no Bairro Monte Verde, União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 10090, do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de €853,84 (oitocentos e cinquenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos), em nome de Maria Helena Rodrigues Machado Araújo, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, referentes ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 2/2002, de 04 de fevereiro, para o lote 52, de acordo com o proposto na informação n.º 12.2017, de 2017.02.08.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO SOL NASCENTE LOTE 22 ALVARÁ N.º 5/2007

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 22, da Rua 18 de Maio, no Bairro Sol Nascente, União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10241, do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de €5.186,52 (cinco mil, cento e oitenta e seis euros e cinquenta e dois cêntimos), em nome de Carlos Alberto Henriques Lopes, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, referente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 5/2007, de 27 de

dezembro, para o lote 22, de acordo com o proposto na informação n.º 17.2017, de 2017.02.13.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS BAIRRO GRANJAS NOVAS LOTE 135 ALVARÁ N.º 1/2000

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 135, da Rua D. Filipa de Lencastre, lote 135, no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 11073, do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de €502,98 (quinhentos e dois euros e noventa e oito cêntimos), em nome de Elsa Teresa Flores Delgado Gonçalves, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, referente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 1/2000, de 31 de janeiro, para o lote 135, de acordo com o proposto na informação n.º 18.2017, de 2017.02.15.

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 3/2004 DO BAIRRO TOMADA DA AMOREIRA LOTE 8 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 40632/OM

Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2004, do Bairro Tomada da Amoreira, lote 8, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Isabel de Fátima Gorgueira Fernandes. A alteração tem como principal objetivo a legalização da edificação existente no lote 8, e compreende o aumento da área total de implantação, não alterando os demais parâmetros urbanísticos previstos no loteamento, nos termos da informação técnica n.º 6/MJC/DRRU/DGOU/17, de 2017.02.06, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 2245 do processo de 2017.02.10.

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 3/2004 DO BAIRRO TOMADA DA AMOREIRA LOTES 9, 9A, 10, 10A E 40 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 40632/OM

Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2004, do Bairro Tomada da Amoreira para os lotes 9, 9A, 10, 10A e 40, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Nascimento de Resende e Outros. A alteração tem como objetivo a legalização das edificações existentes nos lotes mencionados e na generalidade apresenta um aumento global da área de implantação e construção e um acréscimo de oito fogos, nos termos da informação



técnica n.º 4/MJC/DRRU/DGOU/17, de 2017.02.01, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 2241 do processo n.º 40632/OM de 2017.02.10 nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Gênese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica;

- Aceitação do valor de 43.158,46€ (quarenta e três mil, cento e cinquenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (276,13m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU), de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica.

(Aprovado por unanimidade)

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO
N.º 3/2004 DO BAIRRO TOMADA DA AMOREIRA LOTE 21
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
PROCESSO N.º 40632/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2004, do Bairro Tomada da Amoreira para o lote 21 na União das Freguesias de Ramada e Caneças, em nome de Abdul Gafar Imóveis Unipessoal, Lda. A alteração tem como objetivo a legalização da edificação existente no lote mencionado e na generalidade apresenta um aumento da área de implantação (210 m²) e construção (320 m²), bem como a alteração de uso de habitação para atividades económicas, nos termos da informação técnica n.º 5/MJC/DRRU/DGOU/17, de 2017.02.03, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 2243 do processo n.º 40632/OM de 10-02-2017 nas seguintes condições:

- Aplicação dos critérios definidos no art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU) para o dimensionamento das cedências em Área Urbana de Gênese Ilegal (AUGI), podendo ainda a Câmara Municipal prescindir da compensação devida à área de espaços verdes e de utilização coletiva, prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do RMEU, de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica;

- Aceitação do valor de 16.320,07€ (dezas seis mil, trezentos e vinte euros e sete cêntimos), como compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta (105,00m²), prevista no n.º 4 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual e no art.º 49º e n.º 2 do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização (RMEU), de acordo com os fundamentos e nos termos e condições da informação técnica.

(Aprovado por maioria)

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇA DE LOTEAMENTO
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/DRU/2008
BAIRRO VALE PEQUENO, TERRAS DO BACALHAU
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 16037/LO/GI**

Declaração de caducidade da licença do loteamento designado por Terras do Bacalhau e respetivas obras de urbanização, tituladas pelo alvará de loteamento n.º 2/DRU/2008, em nome de José Lopes Fernandes e Outros, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, com a condição de salvaguardar a área de 13.487,04m² enquanto área de cedência para equipamento exigida no âmbito do loteamento da Área Urbana de Gênese Ilegal (AUGI) Bairro Vale Pequeno, em cumprimento dos artigos n.º 44.º e 45.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, nos termos da informação técnica n.º 121/AV/DRRU/DGOU/16, de 2016.12.28, e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 1259 do processo n.º 16037/LO/GI de 2017.02.09.

(Aprovado por unanimidade)



UNIDADES ORGÂNICAS

EDITAIS

EDITAL N.º 011/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/2000
Bairro Granjas Novas – União das Freguesias de
Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas para o lote 31 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 14102/LO/GI encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 31 de janeiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 014/PRES/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 5/2004
Bairro Quinta do Castelo – União das Freguesias de
Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2004 do Bairro Quinta do Castelo para os lotes 28 e 48, consideram-se notificados os

proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 48337/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 07 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Listagem dos atos com eficácia externa praticados pelo Senhor Vereador Edgar Valles, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro, no âmbito da Divisão de Fiscalização Municipal, no período compreendido entre 3 de janeiro de 2017 a 31 de janeiro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/1263, de 2017.02.01:

VIATURAS REMOVIDAS DA VIA PÚBLICA – 03/01/2017 a 31/01/2017

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 52-78-GL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 75/VIAT/RA/CA/16).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.11.28
Data da remoção: 2017.01.02

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Brava, com a matrícula 47-76-GF, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 141/VIAT/OD/16).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2017.01.02

Assunto: Remoção de um veículo Renault Espace, com a matrícula 95-94-MP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 1/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.14
Data da remoção: 2017.01.06

Assunto: Remoção de um veículo Roulote, com a matrícula P-56277, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 2/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.06

Assunto: Remoção de um veículo Renault 19, com a matrícula 99-99-DJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 3/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.20
Data da remoção: 2017.01.06

Assunto: Remoção de um veículo Roulote, com a matrícula P-56277, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 2/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.06

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 62-25-DN, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 4/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.06

Assunto: Remoção de um veículo Ford Escort, com a matrícula 05-13-EX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 5/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.01.04
Data da remoção: 2017.01.06

Assunto: Remoção de um veículo Renault Laguna, com a matrícula 21-83-ZO, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 6/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.06

Assunto: Remoção de um veículo Rover 400, com a matrícula 96-80-HL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 3/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do



Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.10

Assunto: Remoção de um veículo Honda Civic, com a matrícula 41-62-GB, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 3/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.03
Data da remoção: 2017.01.10

Assunto: Remoção de um veículo BMW, com a matrícula SQ-68-23, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 1/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.10

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 92-03-CG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 2/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.10

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 31-25-NT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 7/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.10

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Xsara, com a matrícula 29-82-IZ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 1/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.10

Assunto: Remoção de um veículo Nissan Primera, com a matrícula 62-25-KF, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 2/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.03
Data da remoção: 2017.01.10

Assunto: Remoção de um veículo Alfa Romeo, com a matrícula 40-03-HZ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 2/VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2017.01.13

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 90-81-CG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 4/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.13

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 206, com a matrícula 14-82-PR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 5/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.20
Data da remoção: 2017.01.13

Assunto: Remoção de um veículo Renault Megane, com a matrícula 40-DA-45, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 3/VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.20
Data da remoção: 2017.01.16

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula XF-04-78, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 4/VIAT/RA/CA/17).



Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.20
Data da remoção: 2017.01.16

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 206, com a matrícula 54-33-LS, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 5/VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.20
Data da remoção: 2017.01.16

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 62-50-EL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 6/VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.17
Data da remoção: 2017.01.17

Assunto: Remoção de um veículo VW Golf, com a matrícula XT-39-43, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 4/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.20
Data da remoção: 2017.01.17

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 12-87-EV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 6/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.13
Data da remoção: 2017.01.17

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 106, com a matrícula 52-20-GF, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 8/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.11.21
Data da remoção: 2017.01.19

Assunto: Remoção de um veículo Roulote Fly Concorde, com a matrícula P-37647, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 8/VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.09.30
Data da remoção: 2017.01.19

Assunto: Remoção de um veículo Renault 19, com a matrícula 90-17-AU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 5/VIAT/PV/OL/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.04
Data da remoção: 2017.01.19

Assunto: Remoção de um Motociclo Yamaha, com a matrícula 45-22-GJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 7/VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2017.01.19

Assunto: Remoção de um veículo Renault Megane, com a matrícula 08-43-SS, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 7/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.04
Data da remoção: 2017.01.23

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Saxo, com a matrícula 47-17-PV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 9/VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.01.04
Data da remoção: 2017.01.23

Assunto: Remoção de um veículo Renault Trafic, com a matrícula 95-02-FP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 10 /VIAT/RA/CA/17).



Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.01.04
Data da remoção: 2017.01.23

Assunto: Remoção de um veículo Suzuki Swift, com a matrícula 43-EP-62, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 8 /VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.01.04
Data da remoção: 2017.01.24

Assunto: Remoção de um veículo Chrysler Voyager, com a matrícula 61-71-OM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 9 /VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.20
Data da remoção: 2017.01.25

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 56-68-PV, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 10 /VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.12.20
Data da remoção: 2017.01.25

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula 91-69-HS, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 11 /VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.01.04
Data da remoção: 2017.01.25

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Saxo, com a matrícula 40-77-JP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 12 /VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.01.04
Data da remoção: 2017.01.25

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Doblo, com a matrícula 66-FF-97, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 9/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.18
Data da remoção: 2017.01.27

Assunto: Remoção de um veículo Ford Escort, com a matrícula 28-03-BE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 10/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.23
Data da remoção: 2017.01.27

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Bora, com a matrícula 57-52-ZX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 13 /VIAT/RA/CA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.23
Data da remoção: 2017.01.27

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 99-60-OE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 11/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.18
Data da remoção: 2017.01.27

Assunto: Remoção de um veículo Renault Espace, com a matrícula 06-72-ES, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 12/VIAT/PO/FA/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2017.01.18
Data da remoção: 2017.01.27

Assunto: Remoção de um veículo Hyundai Accent, com a matrícula 11-87-JT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 11/VIAT/OD/17).
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.



Data do despacho: 2017.01.23

Data da remoção: 2017.01.31

Assunto: Remoção de um veículo Rover 45, com a matrícula 53-19-TT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 12/VIAT/OD/17). Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo. Data do despacho: 2017.01.23
Data da remoção: 2017.01.31

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de fevereiro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/2284, 2017.02.27:

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2015/67443

Interno/2017/1479 de 2016/02/06

Assunto: Regularização do valor em dívida do fogo sito na Praceta Alice Pestana, n.º 3 – 2ª A – Arroja, Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “Pelos fundamentos de facto e de direito exarados em informações no processo social, dá-se acordo ao reajustamento da renda atribuída ao agregado familiar da falecida Regina Correia, primitiva titular do contrato de arrendamento do locado sito na Praceta Alice Pestana, n.º 3, 2.º A, Arroja, em Odivelas, para o valor da renda mínima, com efeitos retroativos a Maio de 2008. Mais se aceita o Plano de Reconhecimento da Dívida e Promessa de Pagamento proposto.”

Data da decisão: 2017/02/17

EDOC/2016/56366

Interno/2016/34823 de 2016/11/16

Assunto: Notificação pessoal da cessação do contrato de arrendamento por renúncia, referente ao locado sito na Rua José Régio, n.º 11 – 3º Esq. em Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o informado e proposto. Seguem ofício e Aviso n.º 1/VAIG/2017 assinados. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2017/02/03

EDOC/2016/66141

Interno/2017/446 de 2017/01/12

Assunto: Atualização do agregado familiar e revisão da renda de Liliete Lopes da Costa Lemos – Rua António Aleixo, n.º 5 – 3º Esq. – Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado.

Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao

DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Marco Paulo Lemos Tavares.”

Data da decisão: 2017/02/14

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2015/3390

Interno/2016/12174 de 2016/12/12

Assunto: Continuação do procedimento relativo à cessação do contrato de arrendamento do locado sito na Praceta Alice Pestana, n.º 4 – C/V B – Arroja – Mamadú Aliu Jaló

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Envie-se o ofício já assinado. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2017/02/22

EDOC/2015/4049

Interno/2017/160 de 2017/01/05

Assunto: Proposta de tomada de posse do locado sito na Rua António Aleixo, n.º 9 – R/C Esq. – Póvoa Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Proceda-se à tomada de posse do fogo em apreço e agendamento com a PSP, para a respetiva diligência. À Divisão de Habitação para tramitação.”

Data da decisão: 2017/02/14

EDOC/2015/6811

Interno/2017/478 de 2017/01/16

Assunto: Reajustamento de renda – Nome: João Antunes de Azevedo – Morada: Rua Helena de Aragão, n.º 4 – 3º Esq. - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se o novo valor da renda ao DJGFP/DFA. Promova-se adequação de tipologia, quando haja condições para tal.”

Data da decisão: 2017/02/07

EDOC/2016/51588

Interno/2016/9598 de 2016/09/28

Assunto: Plano de regularização de dívida – João Belita Rodrigues

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o informado. Elabore-se ofício dando nota da aprovação do plano de regularização da dívida e comunique-se ao DJGFP/DFA. Mantenha-se o acompanhamento para efeitos de verificação de cumprimento do Plano de Regularização.”

Data da decisão: 2017/02/01

EDOC/2016/61012

Interno/2017/905 de 2017/01/25

Assunto: Proposta de compra de habitação – Rua Serpa Pinto, 27, 1º dtº - Odivelas – Inácio Tavares da Costa Menezes – Proposta de indeferimento

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Diligencie-se conforme proposto sobre o indeferimento de compra da habitação, bem como proceda-se à restante tramitação necessária à elaboração de notificação do sentido de decisão final - resolução do contrato de arrendamento, considerando que a situação de não permanência na habitação municipal do agregado familiar se mantém.”

Data da decisão: 2017/02/16



EDOC/2016/66141

Interno/2017/1459 de 2017/02/06

Assunto: Revisão de renda – Exclusão de Marco Paulo Lemos Tavares – Nome: Liliete Lopes da Costa Lemos – Morada: Rua António Aleixo, n.º 5 – 3º Esq. – Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado.

Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao

DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Marco Paulo Lemos Tavares.”

Data da decisão: 2017/02/14

EDOC/2016/68515

Interno/2017/1265 de 2017/02/01

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Largo António Aleixo, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 162,00€ (cento e sessenta e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 7, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/02/14

EDOC/2017/2329

Interno/2017/1010 de 2017/01/26

Assunto: Revisão de renda – Exclusão de Carla Marisa de Sousa – Nome: Natália de Jesus de Oliveira Neves – Morada: Rua Domingos António de Carvalho, n.º 4 – 3º Dtº - Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado.

Oficie-se nos termos propostos e comunique-se o novo valor da renda ao DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Carla Marisa Neves de Sousa.”

Data da decisão: 2017/02/17

EDOC/2017/3547

Interno/2017/1119 de 2017/01/30

Assunto: Revisão de renda – Exclusão de Dora Alexandre das Neves – Nome: Silvéria Oliveira Neves – Morada: Rua Domingos António de Carvalho, n.º 6 – 3º Esq. - Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado.

Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao

DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Dora Alexandra Oliveira das Neves. Promova-se adequação de tipologia logo que possível.”

Data da decisão: 2017/02/14

EDOC/2017/6261

Interno/2017/1128 de 2017/01/31

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 21, Av. Bombeiros Voluntários, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 420,00€ (quatrocentos e vinte euros), conforme informação anexa na etapa 1, utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/02/01

EDOC/2017/6752

Interno/2017/1389 de 2017/02/03

Assunto: Prohabita Acordo 574 – Cessação do Arrendamento do imóvel sito na Praceta Manuela Porto, 2, 1º Dtº - Arroja - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “À consideração do Sr. Presidente da CMO com proposta de assinatura dos ofícios anexos, destinados a envio ao IHRU, para efeitos de informação sobre a exclusão do PROHABITA de José Armando Schepens de Melo, realojado no parque habitacional municipal, com efeitos na cessação do contrato de arrendamento a 30 de Junho do corrente ano e à empresa Silviurbana Investimentos Imobiliários, Lda., para efeitos de informação da cessão de contrato de arrendamento, referente ao fogo sito na Praceta Manuela Porto, 2, 1º Dt.º, Arroja, Odivelas. Este procedimento representará uma diminuição de € 4.687,68 anuais nas responsabilidades municipais com o PROHABITA.”

Data da decisão: 2017/02/15

EDOC/2017/6848

Interno/2017/1478 de 2017/02/06

Assunto: Prohabita - Atualização de renda – Nome: Maria Adelina Lopes – Morada: Praceta Manuela Porto, n.º 4 – 3º Esq.- Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado.

Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao

DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Tânia Alexandra Lopes.”

Data da decisão: 2017/02/14

EDOC/2017/6856

Interno/2017/583 de 2017/02/02

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 16, Rua Dr. Jaime

Cortesão, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 455,00€ (quatrocentos e cinquenta e cinco euros) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA. (Nota: Alerta-se que o atraso no pagamento das quotas, acarreta uma penalização de € 15,00, nos moldes aprovados e exarados em Ata n.º 110, a fls 6 "in fine" (vide etapa 1).”

Data da decisão: 2017/02/07

EDOC/2017/6968

Interno/2017/1363 de 2017/02/02

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua Palmira Bastos, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 520,00€ (quinhentos e vinte euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/02/07

EDOC/2017/7161

Interno/2017/1445 de 2017/02/06

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua Eugénio de Castro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 540,00€ (quinhentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/02/14



EDOC/2017/7448

Interno/2017/1468 de 2017/02/06

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 6, Rua Agostinho da Silva, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 356,40€ (trezentos e cinquenta e seis euros e quarenta centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/02/14

EDOC/2017/7857

Interno/2017/1531 de 2017/02/07

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 15, Av. Bombeiros Voluntários, Pontinha - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 420,00€ (quatrocentos e vinte euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”
Data da decisão: 2017/02/09

EDOC/2017/8313

Interno/2017/1597 de 2017/02/08

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua dos Malmequeres, 4, 3º Dtº - Anabela Gouveia

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e ordem de pagamento do valor de 26,37 € (vinte e seis euros e trinta e sete centimos), diferença anual correspondente à atualização do valor de renda do fogo acima identificado com início em abril 2017, utilizando-se a classificação identificada na etapa 6, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06.

Ao DJGFP/DFA. (Salienta-se a alteração do IBAN da conta onde se procede ao depósito de renda)“

Data da decisão: 2017/02/15

EDOC/2017/8462

Interno/2017/1635 de 2017/02/08

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 52, Rua Major Caldas Xavier, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 360,00€ (trezentos e sessenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/02/14

EDOC/2017/9483

Interno/2017/1796 de 2017/02/14

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 10, Rua Barbosa du Bocage, Ramada - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 360,00€ (trezentos e sessenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do

previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/02/17

EDOC/2017/10702

Interno/2017/2015 de 2017/02/20

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 7, Rua Padre João Pinto, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 180,00€ (cento e oitenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/02/23

EDOC/2017/10792

Interno/2017/2068 de 2017/02/21

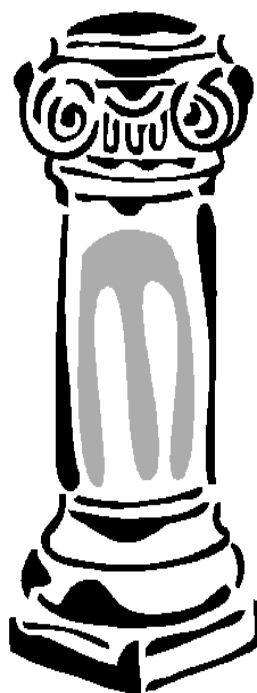
Assunto: Condomínio do Edifício n.º 30, Rua Jorge Sena, Odivelas - Pagamento de Quotas 2017

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 290,00€ (duzentos e noventa euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2017/02/24



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 23 de fevereiro de 2017

DELIBERAÇÕES

MOÇÕES

JOSÉ AFONSO

José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, mais conhecido por Zeca Afonso nasceu em Aveiro a 2 de Agosto de 1929 e faleceu em Setúbal a 23 de Fevereiro de 1987.

Frequentou a Faculdade de Letras de Coimbra e integrou o Orfeão Académico de Coimbra e a Tuna Académica da Universidade de Coimbra.

Antes de terminar de terminar o curso, é-lhe permitido lecionar no Ensino Técnico tendo iniciado funções como professor em Lagos em Outubro de 1957, na Escola Comercial e Industrial Vitorino Damásio.

Em 1963 termina a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, com uma tese sobre Jean Paul Sartre, intitulada “Implicações Substancialistas na filosofia Sartriana”.

Em 1963 editou os primeiros temas de raiz marcadamente política designadamente Os Vampiros e Menino do Bairro Negro.

Em 1964 edita a canção Grândola Morena que viria a ser a senha do Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974.

Residiu em Moçambique entre 1964 e 1967. Regressa a Portugal em 1967 e é colocado como professor em Alhos Vedros, no entanto fica a lecionar pouco tempo pois acaba por ser expulso do ensino oficial, depois de um período de doença.

Mantém contactos com a Liga de Unidade e Ação Revolucionária e o Partido Comunista Português, ainda que se mantenha independente dos partidos.

É preso pela PIDE.

Nos 30 anos da sua morte, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em sessão ordinária delibera aprovar uma Moção de saudade por aquilo que foi a sua vida não só como compositor e cantor de enorme talento com um legado único para a nossa história mas também como um dos símbolos da luta antifascista.

(Documento apresentado pela bancada do PSD – Aprovada por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de fevereiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÃO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS

A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há descentralização quando a transferência inclui o poder de decidir.

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de



melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a AM de Odivelas, reunida a 23 de Fevereiro de 2017 delibera:

1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.
2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.
3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.

4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

(Documento apresentado pela bancada da CDU – Aprovada por Maioria com os votos a favor das bancadas do PSD, BE, CDS/PP e CDU e a abstenção da bancada do PS)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de fevereiro de 2017

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“O QUE É O CETA E O QUE É QUE SE ESTÁ A PASSAR ENQUANTO DORMIMOS?”

Pela bancada do BE foi apresentada uma Moção sobre “O que é o CETA e o que é que se está a passar enquanto dormimos?” (documento nº 3), que será transcrita em ata. A Moção depois de colocada à votação foi Rejeitada por Maioria com os votos a favor das bancadas do BE e CDU, com o voto contra da bancada do PS e a abstenção da bancada do PSD.

(Rejeitada por maioria)

MOÇÃO

REFUGIADOS, ESPANHA E PORTUGAL A NOSSA LUTA É INTERNACIONAL

Considerando que:

1. Milhares de pessoas participaram recentemente em Barcelona numa manifestação para a exigir às autoridades o acolhimento de refugiados que pretendem radicar-se na Europa devido aos conflitos existentes nos seus países.
2. A manifestação, decorreu sob o lema "Queremos acolher", teve o apoio da maioria dos partidos políticos catalães, sindicatos e numerosas organizações da sociedade civil tendo saído do centro da cidade para se dirigir para a costa do Mediterrâneo num percurso marcado pelo simbolismo uma vez que muitos refugiados perderam e continuam a perder a vida no mar. Durante o desfile, viam-se cartazes onde se podia ler "Chega de desculpas", "Chega de mortes" e "Vamos abrir as fronteiras".
3. A Presidente da Câmara de Barcelona, Ada Colau marcou presença na manifestação e afirmou esperar que a



capital catalã "se converta na capital da esperança, da defesa dos direitos humanos e da paz".

4. Os manifestantes deram um sinal ao executivo de Rajoy exigindo que o país acolha mais pessoas que procuram refugiar-se no continente europeu para escapar à violência e à morte. No decurso da manifestação o governo espanhol foi acusado de não cumprir a promessa, feita em 2015, de permitir a entrada de 17 mil refugiados no país em dois anos, uma vez que nesse período foram acolhidos somente 1100 refugiados.

5. Cada vez mais se sente que a Europa tem muito medo dos refugiados, constroem-se muros e cercas para evitar que ultrapassem certas barreiras. Neste particular, a comunicação social tem muito peso e influência, porque aquilo que temos visto sempre são barcos cheios de pessoas, notícias fabricadas (Jornal Bild) de "violações em massa" perpetradas por refugiados em Colónia na Alemanha, das fábulas de um presidente americano e o atentado na Suécia, para a imprensa internacional a prova, a imparcialidade e a ética está cada vez mais posta em causa, apresentando como imagem para os seus leitores o facto de que parece que há uma invasão. As pessoas comentam isso, "estão-nos a invadir", há esse preconceito e é esse mesmo medo que está a ser criado ou fabricado.

6. No entanto, se olharmos para os dados das Nações Unidas, os países que mais acolhem refugiados não são países europeus. É a Turquia, o Paquistão, o Líbano, o Irão, são esses os países que acolhem mais refugiados, não são os países europeus.

7. A ideia que se vende, é que são os países europeus, o que alimenta os ódios, o preconceito e os movimentos de extrema-direita que estão a crescer muito em vários pontos da Europa.

8. Portugal tem pela frente um enorme desafio. Neste momento temos setecentos e poucos refugiados em Portugal, mas a cota é de cerca de cinco mil, que pode ser preenchida nos próximos anos. Isto é um grande desafio para todos, para o governo, para as instituições que trabalham nesta área, para a sociedade e para cada um de nós em particular.

9. Cabe a cada um de nós, enquanto cidadãos, pensar no que podemos fazer, de que forma podemos contribuir para esta situação, qual é que vai ser a sua escolha, o seu posicionamento.

10. Vamos escolher a solidariedade ou escolher o medo? Vamos escolher a humanidade ou escolher o preconceito? Estas são todas as escolhas que todos juntos teremos que fazer ao longo deste ano e dos próximos.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 23 de fevereiro de 2017, delibera:

1 - Saudar a manifestação realizada em Barcelona sob o lema "Queremos acolher"

2 - Instar o Governo, para que não siga o mau exemplo dado pelo executivo Rajoy em Espanha e prossiga o objetivo de atingir as quotas estabelecidas de cerca de 5 Mil refugiados a acolher por Portugal.

3 -Incentivar a Câmara Municipal de Odivelas a avaliar a adesão a um programa de acolhimento que seja articulado com o Governo de forma a ajudar a que os objetivos do país sejam cumpridos.

4 - Remeter a presente Moção ao Governo, aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República e à imprensa.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovada por Maioria com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PS e PSD e com a abstenção da bancada do CDS/PP)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de fevereiro de 2017

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

PELO COMBATE À POLUIÇÃO NO RIO TEJO

Considerando que:

i) O Rio Tejo, para além da sua beleza natural, é um afluente da maior importância no ecossistema aquático português e tem vindo a sofrer um aumento de poluição, provocando a degradação da qualidade da água, a morte de espécies e pondo em risco um conjunto de atividades económicas dele dependentes;

ii) Os caudais reduzidos agravam a intensidade da poluição e as descargas poluentes feitas no Rio Tejo, ainda que a uma distância de centenas de quilómetros, afetam indiretamente o Concelho de Odivelas e o seu equilíbrio ambiental;

iii) Desde o fim de Outubro de 2016 que a poluição visível no rio Tejo tem vindo novamente a aumentar, verificando-se um aumento do número das ocorrências e um significativo nível de poluição cuja principal origem, na zona de Vila Velha de Ródão, está claramente identificada;

iv) As denúncias de cidadãos, com fotografias e vídeos mostrando manchas imensas de coloração acastanhada e espuma à superfície no caudal do Rio Tejo com origem



numa celulose em Vila Velha de Ródão, revelam um ilícito ambiental da maior gravidade;

v) Da atuação anterior das autoridades já tinha resultado um levantamento de Auto de Notícia por ilícitos penais e contraordenacionais contra a Natureza, remetidos respetivamente para o Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco e para a Agência Portuguesa do Ambiente (APA - ARH Tejo);

vi) Em Dezembro de 2015, o Ministério do Ambiente já havia identificado os “efluentes da empresa Celtejo, em Vila Velha de Ródão, como um preocupante foco de poluição do rio Tejo”.

vii) O Relatório da Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição do Rio Tejo, de Novembro de 2016, define como Medida Prioritária a “redução do caudal e da carga orgânica poluente nos efluentes setoriais e no efluente rejeitado no meio hídrico pela Celtejo, por recurso à ampliação ou substituição da atual ETAR”;

viii) Enquanto a Agência Portuguesa do Ambiente e o Ministério do Ambiente não atuarem em conformidade com a gravidade da situação e como lhes compete, os agentes poluidores continuarão a prevaricar;

ix) A Celtejo dispõe de licença de rejeição de águas residuais, emitida pelos serviços competentes, cuja validade e cumprimento importa aquilatar;

x) O Princípio da Prevenção, em matéria ambiental é um princípio com expresse assento constitucional (veja-se o artigo 66.º, n.º 2, alínea a) da Constituição da República Portuguesa;

xi) O Princípio da Prevenção em Direito do Ambiente, nas palavras de Carla Amado Gomes, “traduz-se em que, na iminência de uma atuação humana, a qual comprovadamente lesará, de forma grave e irreversível, bens ambientais, essa intervenção será travada”.

xii) O título da licença de rejeição de águas residuais obedece ao disposto na Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Janeiro e no Regime de Utilização dos Recursos Hídricos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio;

xiii) A Lei da Água expressamente refere no seu artigo 89.º que “na aplicação da presente lei, os organismos de Administração Pública devem observar o princípio da precaução e da prevenção, sem prejuízo de fiscalização das atividades que envolverem utilização dos recursos hídricos”;

xiv) Para além do já enunciado Princípio da Prevenção, a Lei da Água acolhe o Princípio da Precaução, definido nas palavras de Gomes Canotilho como significando que “o ambiente deve ter em seu favor o benefício da dúvida

quando haja incerteza, por falta de provas científicas evidentes, sobre o nexo causal entre uma atividade e um determinado fenómeno de poluição ou degradação do ambiente”;

xv) De acordo com a Lei da Água, são causas de cessação de título de utilização: “o não cumprimento dos requisitos gerais e elementos essenciais do título” (artigo 69.º, n.º 4, alínea a) da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro), “a não observância de condições específicas previstas no título” (artigo 69.º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro), ou “razões decorrentes da necessidade de maior proteção dos recursos hídricos ou por alteração das circunstâncias existentes à data da sua emissão e determinantes desta, quando não seja possível a sua revisão” (artigo 69.º, n.º 6 da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro);

xvi) Nos termos do Regime da Utilização dos Recursos Hídricos, as licenças de rejeição de águas residuais podem ser objeto de revisão quando “se verificar uma alteração das circunstâncias de facto existentes à data da emissão do título e determinantes desta, nomeadamente a degradação das condições do meio hídrico” (artigo 28.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio), ou “quando os dados de monitorização ou outros indicarem que não é possível serem alcançados os objetivos ambientais, conforme previsto no artigo 55.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro” (artigo 28.º, n.º 1 alínea c) do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio);

xvii) Ainda nos termos do Regime da Utilização dos Recursos Hídricos, as licenças de rejeição de águas residuais podem ser revogadas quando seja inviável a sua revisão (artigo 32.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio);

xviii) A situação descrita impõe a tomada de medidas firmes e urgentes com vista à defesa do ambiente, em particular no Rio Tejo.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 23 de fevereiro de 2017, delibera:

1- Condenar as ações poluentes efetuadas pela Celtejo - Empresa de Celulose do Tejo, na sua unidade fabril de Vila Velha de Ródão, bem como todo e qualquer tipo de desrespeito pelo equilíbrio ecológico do Rio Tejo.

2- Instar o Governo, através do Ministro do Ambiente, e instar a Agência Portuguesa do Ambiente para que, no cumprimento do Princípio da Prevenção e do Princípio da Precaução:

a) Tomem todas as medidas adequadas para garantir a qualidade ambiental das águas do Rio Tejo;

b) Adotem urgentemente todas as medidas cautelares necessárias para prevenir futuras descargas desta natureza



junto da Celtejo, na sua unidade fabril de Vila Velha de Ródão;

c) Procedam à análise da licença de rejeição de águas residuais conferida à Celtejo, para a sua unidade fabril de Vila Velha de Ródão, verificando o seu cumprimento e revogando-a em caso de se verificar o incumprimento;

d) Ainda que não se verifique incumprimento, que procedam à revisão da licença de rejeição de águas residuais conferida à Celtejo, para a sua unidade fabril de Vila Velha de Ródão, assegurando a redução das emissões poluentes para o Rio Tejo e, se necessário a sua revogação.

3- Expressar o seu apoio à Manifestação Pública contra a Poluição do rio Tejo e seus afluentes, dia 4 de Março, junto ao Cais das Colunas no Terreiro do Paço em Lisboa.

4- Remeter a presente Moção ao Primeiro-Ministro, ao Ministro do Ambiente, à Agência Portuguesa do Ambiente, aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República e à imprensa.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovada por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de fevereiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÃO

10 ANOS DE IVG

Considerando que:

A 11 de fevereiro de 2007 teve lugar o referendo sobre a aprovação da lei relativa à despenalização da “interrupção voluntária da gravidez (IVG), se realizada, por opção da mulher, nas dez primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado”. O “Sim” venceu com 59,25%.

10 anos após a despenalização, há menos abortos e nenhuma mortalidade materna

Desde essa data, em cada ano, o país ganhou: em saúde pública e acesso das mulheres à saúde integral, na redução da taxa de mortalidade materna em resultado de complicações associadas ao aborto (zero mortes desde 2012), em respeito pela escolha, em promoção da contraceção, na redução do próprio número de abortos (menos 10% desde que a lei existe, e claramente abaixo da

média europeia), e em democracia de género e respeito pela autodeterminação.

A Direção Geral da Saúde assinala que mais de sete em cada dez IVG foram realizadas em unidades oficiais do Serviço Nacional de Saúde. Verificou-se uma "redução significativa tanto do número total de complicações como do número de complicações graves a partir de 2008", uma diminuição ainda mais nítida a partir de 2013.

O último relatório mostra que se registou uma diminuição no número de IVG de 1,9% entre 2014 e 2015, tendo sido feitas 15.873 interrupções nesse ano. Comparativamente com 2008, a quebra é de 10%. Ainda que os dados sobre a IVG antes da sua despenalização sejam escassos, estimativas apontam para 20 mil por ano na década de 90.

Apesar de a IVG ser transversal a toda a sociedade, prevalece com maior incidência entre desempregadas e trabalhadoras não qualificadas.

Em 2015, 70% das mulheres que recorreram à IVG nunca tinha realizado qualquer outro aborto.

Após a realização da IVG, 95,7% das mulheres escolheram um método contraceutivo.

Dados sobre o efeito do aborto clandestino, citados pelo jornal *Expresso*, indicam que, de 2001 a 2007, registaram-se 14 mortes maternas relacionadas com o aborto. De 2008 a 2012 houve uma morte materna relacionada com o aborto legal e nenhuma morte materna fora do quadro legal.

Desde 2012, não se registou nenhuma morte materna relacionada com o aborto.

Comparando com outros países europeus, Portugal tem dos limites de idade mais baixos de idade gestacional para interromper a gravidez. Em Espanha, França, Bélgica e Alemanha, a IVG poderá ter lugar até às 14 semanas.

Portugal está ainda abaixo da média europeia da totalidade de IVG realizadas.

Os números são eloquentes e podem ser vistos em todo o lado.

Eles desmentem muitos dos argumentos utilizados por quem se opôs a esta lei.

Na verdade, os que sugeriram que a legalização da interrupção voluntária da gravidez, a pedido da mulher, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, iria promover o aborto, ou afrouxar o recurso à contraceção, devem dez anos de desculpas às mulheres.

A estratégia de menorização das cidadãs, sugerindo-se uma suposta irresponsabilidade que convocava a tutela do Estado e lhes negava maturidade para decidir, não foi



apenas rejeitada em referendo. É desmentida pela realidade e isso é evidente de há dez anos para cá.

Quem se bateu ao longo de décadas pela cidadania e pela responsabilidade de uma escolha livre e informada, merece não só o nosso respeito como a nossa homenagem. E quem esteve do lado do não, não terá argumentos para negar que, com esta lei, o país está melhor, ao mesmo tempo que os valores de cada pessoa, nas suas diferentes e contraditórias convicções, são plenamente respeitados.

Celebrar aquilo em que o país progrediu é importante especialmente num mundo onde os direitos sexuais e reprodutivos continuam a estar sob ameaça. O conservadorismo e o machismo continuam a matar um pouco por todo o lado. O bom senso do feminismo e da igualdade continuam pois a convocar-nos para tantas outras lutas, e SIM....

Sim, é uma lei de que todos e todas devemos orgulhar-nos.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 23 de fevereiro de 2017, delibera:

- Saudar as celebrações dos 10 anos sobre a aprovação da lei relativa à despenalização da “interrupção voluntária da gravidez (IVG), se realizada, por opção da mulher, nas dez primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado”

- Remeter a presente Moção ao Governo, aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República e à imprensa.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovada por Maioria com os votos a favor das bancadas do BE, PS, PSD e CDU, com os votos contra do Membro Domingos Cabaço em nome individual e a abstenção da bancada do CDS/PP e dos Membros Miguel Ramos, Carlos Roda, Luís Gameiro, em nome individual, respetivamente)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de fevereiro de 2017

(Aprovado por maioria)

RECOMENDAÇÃO

BAIRRO DOS PEDRENAIS NA FREGUESIA DA RAMADA CANEÇAS

Considerando que:

1. A Concelhia do Bloco de Esquerda Odivelas foi contactada para visitar o Bairro dos Pedernais;
2. Na visita efetuada no dia 17 de Fevereiro de 2017, constatamos diversas situações, as quais vão expostas nos pontos seguintes e conforme fotos que se apresentam;
3. Na Praceta Courela do Forno, encontramos um PT de portas abertas à população. Situação de perigo grave para qualquer transeunte que por ali possa circular em especial para as crianças.
4. Na Rua Alfredo Ruas entre o número 51 e o 49, em frente ao número 52, encontramos uma paragem de transporte da Rodoviária de Lisboa para os números 3, 213, 222 e 913, a qual poderá servir para tudo, menos servir devidamente o público. Está escondida entre um sinal vertical de existência de passadeira e o prédio ali situado. Não existe proteção para chuva ou sol de quem espera por transporte. Totalmente inacessível para utentes com mobilidade reduzida.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 23 de fevereiro de 2017, recomenda ao executivo municipal que:

1. Encete todos os meios necessários para que estas situações se resolvam o mais rápido possível, de forma a colmatar os problemas que delas derivam para as populações.
2. Avaliar em tempo útil, um Relatório de sinalização das paragens dos diversos transportes públicos que não apresentam condições para os utentes. Com especial atenção para todos os que não poderão ser usados condignamente por pessoas com dificuldades de mobilidade como é o caso do que aqui se apresenta e que de uma forma esmagadora se encontram espalhados por todo o Concelho

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovada por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de fevereiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)



VOTO DE CONDENAÇÃO

PELAS RECENTES DELIBERAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PUTIN

O presidente russo Vladimir Putin assinou a lei que descriminaliza alguns atos de violência doméstica na Rússia.

O projeto de lei já tinha sido aprovado pelas duas câmaras do parlamento e será agora implementado.

Com esta lei, os atos de violência doméstica que não causem ferimentos graves, não obriguem a vítima a procurar tratamento hospitalar ou que não a obriguem a faltar ao emprego ou à escola, são tidos como contraordenações. Estão incluídas agressões que provoquem "abrasões, contusões, feridas superficiais ou lesões dos tecidos moles". A penalização para estes casos é uma multa e a agressão só será considerada crime se ocorrer mais de uma vez.

Os defensores da medida argumentam que a legislação anterior limitava o poder dos pais de educarem e disciplinarem os filhos e desta forma, o estado não se poderá intrometer no seio das famílias.

Esta iniciativa pretende preservar a "tradição de autoridade parental" e prevê que apenas os homens que agredam as mulheres mais do que uma vez por ano possam ser detidos. Ao retirar o crime de violência doméstica do Código Penal, as vítimas deixarão de ter o direito de apresentar queixa.

"Na cultura familiar tradicional russa, as relações entre pais e filhos são construídas na autoridade parental" explicou Yelena Mizulina, a deputada de extrema direita do Partido Rússia Justa, presidente da Comissão para Assuntos de Família, que propôs a mudança de lei. "As leis devem apoiar essa tradição familiar", acrescentou, "não queremos ter pessoas presas por dois anos e rotuladas de criminosos para o resto das suas vidas por uma palmada". A mesma deputada Yelena Mizulina foi responsável pela aprovação da legislação contra a "propaganda gay", que atenta contra os direitos humanos da comunidade LGBTQI+ do país.

Esta decisão de descriminalização da violência doméstica está ser contestada por ONGs e grupos ativistas de direitos das mulheres em todo o mundo.

Os defensores dos direitos humanos e das mulheres afirmam que esta lei vai proteger "o tirano da casa" e desencorajar as vítimas a apresentarem queixas.

Em 2015, as Nações Unidas apelaram a que a Rússia atuasse sobre a epidemia de violência doméstica, com

nova legislação e criando abrigos para mulheres vulneráveis.

Na Rússia, 40% dos crimes de agressão graves acontecem em contexto familiar e são agredidas pelos seus companheiros 36 mil mulheres todos os dias, das quais morrem 14 mil por ano. Anualmente, 26 mil crianças são agredidas pelos pais.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 23 de fevereiro de 2017, delibera:

1. Reafirma o seu compromisso no combate à Violência Doméstica, com a defesa intransigente dos direitos humanos e da igualdade de género, bem como o seu empenho na proteção dos direitos das mulheres e crianças, condenando as deliberações da administração Putin, contrárias a muitos destes princípios.

Em caso de aprovação, enviar à Embaixada da Rússia, ao Governo de Portugal, aos Partidos com representação na Assembleia da República e à imprensa.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovada por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 23 de fevereiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

ATA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Presente para deliberação a Ata n.º 23 de 2016, referente à 18ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada em 29 de novembro.

(Aprovado por unanimidade)



PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício, foi posto à votação a passagem dos pontos 2, restantes atas, ponto 3 e 4 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal.

Ponto 2 - Aprovação das Atas da Assembleia Municipal n.ºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, respeitantes ao ano de 2016.

Ponto 3 - Proposta de Redelimitação da Área de Intervenção da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul.

Ponto 4 - Proposta de Abertura de Concurso Público Internacional, respetivas peças do procedimento e constituição do júri para manutenção de diversos espaços verdes do concelho de Odivelas.

(Aprovado por unanimidade)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 2 de março de 2017

DELIBERAÇÕES

RECOMENDAÇÕES

“ESTACIONAMENTO DA PSP EM FRENTE À EB1 ANTÓNIO MARIA BRAVO”

Recomendação sobre “Estacionamento da PSP em frente à EB1 António Maria Bravo” (documento n.º 1), que será transcrito em ata. O texto referente à recomendação será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovado por unanimidade)

“PARIDADE NOS ÓRGÃOS DE GESTÃO COLEGIAL”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma Recomendação sobre “Paridade nos órgãos de gestão colegial” (documento n.º 5), que será transcrita em ata. A Recomendação foi colocada à votação tendo sido Rejeitada por Maioria com os votos a favor da bancada do BE, com os votos contra das bancadas da CDU, do PS, do PSD e do CDS/PP e com a abstenção dos membros Carlos Roda e Domingos Cabaço.

(Rejeitada por maioria)



VOTO DE SAUDAÇÃO

“MULHERES – DIA DA MULHER 8 DE MARÇO”

Voto de Saudação sobre “MULHERES – Dia da Mulher 8 de Março” (documento n.º 2), que será transcrito em ata. O texto referente ao voto de saudação será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÕES

“CRIAÇÃO DE CENTROS DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS MENTAIS E PARALISIA CEREBRAL”

Moção sobre “Criação de Centros de Atividades Ocupacionais para pessoas com deficiências mentais e paralisia cerebral” (documento n.º 3), que será transcrito em ata. O texto referente à moção será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovado por maioria)

MOÇÃO

“DIA INTERNACIONAL DA MULHER”

Moção sobre o “Dia internacional da Mulher” (documento n.º 4), que será transcrito em ata. O texto referente à moção será publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÃO

“PELA QUALIDADE DE UM SERVIÇO PÚBLICO E UNIVERSAL DE CORREIO”

Moção “Pela qualidade de um serviço público e universal de correio” (documento n.º 6), que será transcrito em ata. O texto referente à moção será publicado no Boletim

Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovado por maioria)

VERTENTE SUL DE ODIVELAS

REDELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VERTENTE SUL DE ODIVELAS

Presente para deliberação a “Proposta de Redelimitação da Área de Intervenção da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul” de Odivelas. A presente proposta de alteração consiste na retificação da área a abranger com a inclusão do Bairro Menino de Deus e acertos de cartografia, cadastro e conformidade com as alterações dos limites administrativos em vigor publicados na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2016, de acordo com o proposto na informação n.º 11/GPE/EPRUAC/11, de 2017.01.24 e na informação n.º Interno/2017/669 de 2017.01.12, aprovadas na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 8 de fevereiro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4 de 2017*, página 12).

“1 – Objeto:

Proposta de alteração dos limites da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul de Odivelas (ARU-VS), com o objeto de retificar a abrangência da delimitação para inclusão da área do Bairro de Menino de Deus e conformidade como limites administrativos publicados na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP.

(...)

5 – Proposta

Fundamenta a presente proposta, uma alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do RJRU, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, consistindo na retificação da área a abranger e em acertos de cartografia, cadastro e de conformidade com as alterações dos limites administrativos em vigor publicados CAOP2016.

5.1 - Conteúdo da proposta de redelimitação

A área a abranger pela Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul totaliza o valor de 115 Hectares, distribuindo-se pelas freguesias de Odivelas e da União das Freguesias da Pontinha e Famões, com os seguintes limites geográficos:



- A Sul o seu limite corresponde ao limite administrativo entre o Concelho de Odivelas e o Concelho de Lisboa, conforme Carta administrativa oficial de Portugal - CAOP2016, publicada na página de internet da Direção Geral do território, com o sistema de referência Hayford-Gauss/Datum 73.

- A Norte o itinerário Complementar 17, (IC-17/CRIL) e o leito do Rio da Costa/Ribeira de Odivelas.

- A Nascente, coincide com o limite viário e com o cadastro geométrico da propriedade rústica nos artigos 86.º e 39.º, todos da secção L da freguesia de cadastro de Odivelas.

- A Poente, pelo limite poente do bairro Menino de Deus e a Avenida Fundação Calouste Gulbenkian confrontante com o artigo rústico 55º da secção NN1 de cadastro de Odivelas

5.2. Peças desenhadas complementares

Desenho com a referência SRUAC/ARU-00/2017 - alterações e SRUAC/ARU-01/2017 - Planta de proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da vertente Sul-escala 1:5000.

A cartografia de referência utilizada cumpre os requisitos regulamentares, nos termos e para os efeitos da alínea b do número 3 do Artigo 15.º-A do Decreto-Lei 141/2014, sendo de referir:

Data de publicação da deliberação da ARU-VS - 22 de Dezembro de 2011

Data de homologação da cartografia - 15 - Setembro de 2008

Cartografia de Referência: Cartografia Topográfica 1/10 000 (data do voo Abril de 2005); Entidade proprietária: C.M.Odivelas; Entidade produtora: Nível-Serviços Topográficos, Lda.

Data de edição: Abril 2005 a Setembro 2008;

Homologação: CE 770/DRFA/08 de 08.09.15 pelo IGP;

Sistema de referência: Datum 73; Elipsoide de Referência: Hayford;

Sistema de coordenadas: Retangulares c/ projeção de Gauss;

Sistema de referência altimétrico: Datum altimétrico de Cascais;

Exatidão posicional: planimétrico 1,50m; altimétrico 1,80m

(...)” (Informação Interno/2017/669 de 2017.01.12)

(Aprovado por unanimidade)

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES MUNICIPAIS

Presente para deliberação a “Proposta de Abertura de Concurso Público Internacional, Respetivas Peças do Procedimento e Constituição do Júri para Manutenção de Diversos Espaços Verdes do Concelho de Odivelas”, numa área total de 258.160,10 m², nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1244, de 2017.02.01, aprovada na 3.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 8 de fevereiro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4 de 2017*, página 10). As peças do procedimento são constituídas pelo programa de concurso, o caderno de encargos e as plantas com as zonas de manutenção. O preço base do concurso (constante no art.º 12 do programa de concurso) incluindo eventuais prorrogações, perfaz o valor de €944.865, 96 (novecentos e quarenta e quatro mil oitocentos e sessenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos) ao qual acresce o valor do IVA à taxa legal aplicável. A constituição do júri do procedimento encontra-se definida na informação mencionada.

(Aprovado por maioria)

PONTO PENDENTE

PASSAGEM DE PONTO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas, foi posto à votação a passagem do ponto 2 - Aprovação das Atas da Assembleia Municipal n.ºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, e 22, respeitantes ao ano de 2016 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)



NOTA RETIFICATIVA

“BOLETIM MUNICIPAL DAS DELIBERAÇÕES E DECISÕES” N.º 4 DE 2017 DE 21 DE FEVEREIRO

No Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4/2017, de 21 de fevereiro, na sua página 38, foi publicitada a deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Odivelas, na 2.ª sessão extraordinária realizada no dia 9 de fevereiro de 2017, correspondente ao ponto dois da ordem de trabalhos da referida sessão, “Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais e Suas Normas de Liquidação e Cobrança”.

Foi publicado em anexo ao referido Boletim o “Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e Suas Normas de Liquidação e Cobrança” do Município de Odivelas. No índice do referido documento verificam-se alguns erros no que se refere ao número das páginas:

Na página 3 do índice do Anexo “Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e Suas Normas de Liquidação e Cobrança” onde se lê:

Artigo 10.º-C - Isenção e reduções do Centro Cultural Malaposta..... 213

Artigo 10.º-E - Isenção e reduções nas visitas guiadas..... 215

Deve ler-se:

Artigo 10.º-C - Isenção e reduções do Centro Cultural Malaposta..... 23

Artigo 10.º-E - Isenção e reduções nas visitas guiadas..... 25

Na página 7 do índice do documento onde se lê:

Artigo 92.º-D – Agroturismo..... 656

Artigo 92.º-E – Casas de campo..... 656

Artigo 92.º-F – Estabelecimentos não abrangidos pelo Licenciamento Zero ou Sistema de Indústria Responsável..... 665

Deve ler-se:

Artigo 92.º-D – Agroturismo..... 66

Artigo 92.º-E – Casas de campo..... 66

Artigo 92.º-F – Estabelecimentos não abrangidos pelo Licenciamento Zero ou Sistema de Indústria Responsável..... 66

Na página 8 do índice do documento onde se lê:

SECÇÃO II – Reprodução de documentos..... 812

SECÇÃO III – Outras apreciações..... 814

SECÇÃO IV – Formação profissional..... 814

SECÇÃO V – Inspeções de equipamentos e sinalização..... 814

SECÇÃO VI – Serviço de divulgação de património..... 815

Deve ler-se:

SECÇÃO II – Reprodução de documentos..... 82

SECÇÃO III – Outras apreciações..... 84

SECÇÃO IV – Formação profissional..... 84

SECÇÃO V – Inspeções de equipamentos e sinalização..... 84

SECÇÃO VI – Serviço de divulgação de património..... 85

Na página 9 do índice do documento onde se lê:

CAPITULO VI - *Start In Odivelas* - Incubadora de empresas..... 901

Artigo 140.º-A – Incubadora Física..... 901

Artigo 140.º-B - Incubadora Virtual..... 901

CAPITULO VII - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DA PISCINA MUNICIPAL..... 901

SECÇÃO I – Utilização e aulas..... 901

Artigo 140.º-C – Inscrição e outros serviços..... 901

Deve ler-se:

CAPITULO VI - *Start In Odivelas* - Incubadora de empresas..... 91

Artigo 140.º-A – Incubadora Física..... 91

Artigo 140.º-B - Incubadora Virtual..... 91

CAPITULO VII - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DA PISCINA MUNICIPAL..... 91



SECÇÃO I – Utilização e aulas..... 91

Artigo 140.º-C – Inscrição e outros serviços..... 91

Na página 10 do índice do documento onde se lê:

Artigo 140.º- AD - Ginásio de cardiofitness e
musculação..... 1034

Artigo 140.º- AE - “Escolinha de futsal”..... 103

SECÇÃO III - Terapias e sessões de bem-estar... 103

Artigo 140.º- AG – Terapias..... 103

Artigo 140.º - AH - Sessões de bem-estar..... 1035

Deve ler-se:

Artigo 140.º- AD - Ginásio de cardiofitness e
musculação..... 104

Artigo 140.º- AE - “Escolinha de futsal”..... 104

SECÇÃO III - Terapias e sessões de bem-estar... 104

Artigo 140.º- AG – Terapias..... 104

Artigo 140.º - AH - Sessões de bem-estar..... 105